



Interferência política na saúde indígena prejudica atendimento e gera conflito de interesses

Março/2023

Conexões suspeitas entre o senador Mecias de Jesus e coordenadores do DSEI Yanomami estão no centro da crise sanitária da etnia



Este trabalho está sob a licença [CC BY 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/). Mediante atribuição de crédito à organização autora, pode ser copiado e redistribuído em qualquer suporte ou formato; remixado e adaptado para qualquer fim, inclusive comercial (nestes casos, as alterações feitas devem ser indicadas).

FICHA TÉCNICA

Março/2023

DIREÇÃO EXECUTIVA

Juliana Sakai

SUPERVISÃO

Marina Iemini Atoji

PESQUISA E REDAÇÃO

Rebeca Lins

Cristiano Pavini

REVISÃO

Bianca Berti

FINANCIAMENTO



PARCERIA



Introdução

O Brasil ficou estarrecido com a divulgação de fotos de indígenas Yanomami em grave situação de desnutrição. A crise sanitária que assola a etnia resultou na morte de ao menos 570 crianças nos últimos quatro anos pela fome, contaminação por mercúrio e por doenças como malária e pneumonia, segundo estimativa do Ministério dos Povos Indígenas¹. Em meio a esse contexto estão as acusações de negligência do governo Jair Bolsonaro e o avanço do garimpo ilegal, que se perpetua historicamente como uma ameaça a essas populações em razão da degradação ambiental e violências impostas nesses territórios².

Este relatório destaca uma face pouco explorada dessa problemática: a indicação política dos coordenadores dos 34 Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEIs). O DSEI Yanomami foi analisado como estudo de caso, especificamente a gestão do ex-coordenador Rômulo Pinheiro de Freitas e sua relação com o senador por Roraima Antônio Mecias Pereira de Jesus (Republicanos-RR).

A pesquisa revela que Rômulo era assistente administrativo e pregoeiro na Secretaria de Estado de Saúde de Roraima (SESAU-RR) e tem conexões com empresas que firmaram contratos com o governo federal, inclusive em licitações do DSEI Yanomami. Além disso, sua mãe integra o grupo político de Mecias em Roraima, participando ativamente da campanha que o elegeu ao Senado em 2018. O senador, por sua vez, possui conexões com o garimpo de ouro em terras indígenas.

A indicação política para os DSEIs de pessoas sem qualificação técnica para a função e vinculadas a empresas com interesses econômicos junto aos órgãos públicos subvertem os princípios da administração pública e propiciam janelas de oportunidade para o favorecimento de particulares, às custas da saúde

¹<[Yanomami: ministro da Justiça determina inquérito para apurar genocídio e crimes ambientais na região](#)>

²<[Relatório aponta militares comprados pelo garimpo na TI Yanomami no início da gestão Bolsonaro](#)> e <[Garimpo ilegal põe em risco ao menos 13 mil indígenas mundurukus e kayapós](#)>

indígena. O cenário fica ainda mais grave quando a pesquisa identifica uma relação desses mesmos agentes públicos com o garimpo, atividade que degrada os territórios indígenas e ameaça os direitos de seus habitantes.

O relatório detalha as conexões mencionadas. Esta pesquisa foi conduzida a partir de bases de dados abertas à consulta e contou com o suporte do Jusbrasil³ para otimizar a localização de processos judiciais e vínculos de pessoas físicas com a administração pública. Devido à indisponibilidade de dados básicos em transparência ativa nos órgãos públicos, foi necessário realizar pedidos de acesso à informação, inclusive recorrendo a instâncias recursais.

Conexões suspeitas no DSEI Yanomami: do garimpo às empresas

Em 1999 foi criado o Subsistema de Atenção à Saúde Indígena (SasiSUS), único do mundo voltado especificamente para uma parcela da população. Sua gestão é coordenada pela Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI), integrante do Ministério da Saúde e responsável por executar a Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas (PNASPI).⁴

A SESAI possui mais de 20 mil profissionais vinculados, que atendem a cerca de 6 mil aldeias indígenas. Como estratégia de descentralização, ela é composta por 34 Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEIs)⁵, que podem abranger mais de um município ou Estado. A nomeação do coordenador de cada DSEI é feita pelo ministro da Saúde.

Rômulo Pinheiro de Freitas foi coordenador do DSEI Yanomami entre 2020-2022⁶. Sua gestão foi marcada por denúncias relacionadas à falta de

³ <[Jusbrasil](#)>

⁴ <[Saúde indígena: análise da situação de saúde no SasiSUS](#)>

⁵ <[Dia Internacional dos Povos Indígenas: SasiSUS é uma conquista](#)>

⁶ Rômulo foi nomeado Coordenador Distrital de Saúde Indígena em julho de 2020 pelo então ministro da Saúde Eduardo Pazuello (Portaria nº 1.658, de 2 de Julho de 2020) e exonerado em janeiro de 2022 pelo então ministro Marcelo Queiroga (Portaria nº 52, de 12 de Janeiro de 2022).

assistência dentro da Terra Indígena, à interrupção de serviços de transporte aéreo e ao desvio de vacinas por servidores em troca de ouro⁷. Ao alertar para a gravidade da situação, o Ministério Público Federal (MPF) apontou em novembro de 2021 que “apesar de ter recebido mais de R\$ 190 milhões para assistência à saúde nos últimos dois anos, o território indígena (...) registrou piora acelerada dos indicadores de saúde”⁸. Em novembro de 2022, dada a inércia do governo federal, o MPF recomendou que o Ministério da Saúde realizasse uma intervenção no DSEI Yanomami para “garantia da correta aplicação das verbas destinadas ao atendimento dos indígenas”⁹.

Conforme amplamente veiculado na imprensa¹⁰, Rômulo e seu sucessor, Ramsés Almeida, foram indicados ao cargo de coordenador do DSEI Yanomami pelo senador Mecias e seu filho, o deputado federal Jhonatan de Jesus (Republicanos-RR), que em março de 2023 foi nomeado ministro do Tribunal de Contas da União (TCU) na vaga indicada pela Câmara¹¹.

Ramsés é ex-vereador de Mucajaí (RR) pelo Republicanos, mesmo partido de Mecias e Jhonatan¹², e foi exonerado do cargo em novembro de 2022¹³. Segundo reportagem do jornal O Estado de São Paulo¹⁴, a indicação dos coordenadores sequer passava pelo Ministério da Saúde: vinha diretamente da Casa Civil, então comandada pelo senador Ciro Nogueira (Progressistas-PI).

Rômulo atuou como assistente administrativo na Secretaria de Saúde do Estado de Roraima entre 2008 e 2015¹⁵, sendo designado como pregoeiro nas licitações

⁷ <[Ministério exonera coordenador da saúde Yanomami e nomeia ex-vereador para o cargo | Roraima | G1](#)>

⁸ <[MPF recomenda ações para melhoria do serviço de saúde na Terra Indígena Yanomami — Procuradoria da República em Roraima](#)>

⁹ <[MPF recomenda intervenção do Ministério da Saúde no Distrito Sanitário Yanomami — Procuradoria da República em Roraima](#)>

¹⁰ <[Responsáveis por desvios de verbas de medicamentos do povo Yanomami podem sofrer graves consequências](#)>, <[Crise Yanomami: Quem eram os responsáveis pela saúde na reserva indígena na gestão Bolsonaro?](#)> e <[Nome de Lira para TCU tem ligação com chefes da saúde yanomami sob Bolsonaro](#)>

¹¹ <[Câmara aprova indicação de Jhonatan de Jesus para o Tribunal de Contas da União](#)>

¹² <[Divulgação de Candidaturas e Contas Eleitorais: Ramsés Almeida](#)>

¹³ <[PORTARIA GM/MS Nº 4.061. DE 22 DE NOVEMBRO DE 2022](#)>

¹⁴ <[Crise Yanomami: Quem eram os responsáveis pela saúde na reserva indígena na gestão Bolsonaro?](#)>

¹⁵ Foi nomeado pelo Decreto nº. 393-P, de 03 de abril de 2008, e exonerado a pedido pelo decreto Nº 852-P, de 1º de junho de 2015.

da pasta. Ele foi alvo de uma representação do Ministério Público de Contas de Roraima em 2013¹⁶, juntamente com o então Secretário da Saúde, Antônio Leocádio Vasconcelos Filho¹⁷, e outras nove pessoas. A representação apontou irregularidades em uma licitação realizada pela Secretaria de Saúde e solicitou ao Ministério Público do Estado de Roraima (MP-RR) a adoção de providências. Dentre as medidas pleiteadas estavam o afastamento imediato de Leocádio, instauração de inquérito para aprofundar as investigações e possível ingresso de ação de improbidade administrativa contra os envolvidos para o ressarcimento ao erário público.

Embora o relatório de auditoria do Tribunal de Contas do Estado de Roraima (TCE-RR) tenha apontado responsabilidade de Rômulo no “superfaturamento decorrente de pagamentos com preços superiores aos de mercado”, os conselheiros do TCE acataram sua defesa de que não cabia a ele, como pregoeiro, a função de cotação de valores, isentando-o¹⁸. Não consta, em pesquisa aberta do sistema do MP-RR, procedimento contra Rômulo¹⁹. Já Leocádio chegou a ter seus bens bloqueados pelo TCE-RR²⁰ e foi condenado em 2018 pela Justiça Federal por favorecimento de empresas²¹.

Na pandemia de Covid-19, a Secretaria de Saúde de Roraima foi alvo de investigações relacionadas ao desvio de dinheiro público, como as operações Vírion e Desvid-19 da Polícia Federal. Os três senadores roraimenses foram, direta ou indiretamente, envolvidos nas apurações. Chico Rodrigues (DEM) foi flagrado escondendo dinheiro na cueca e indiciado por peculato²². Telmário Mota (PROS) foi investigado em razão de uma emenda parlamentar²³. Mecias de

¹⁶ <[MPC-RR - REPRESENTAÇÃO Nº 001/2013](#)>

¹⁷ <[Transparência Brasil - Achados e Pedidos - Consulta de Vínculos 73280](#)>

¹⁸ <[Tribunal de Contas de Roraima - Acórdão Nº 096/2017-1ª Câmara](#)>

¹⁹ <[Ministério Público do Estado de Roraima - Consulta ao Andamento Processual](#)>

²⁰ <[TCE revela superfaturamento de R\\$ 5 milhões na Secretaria de Saúde de RR](#)>

²¹ <[Justiça condena ex-secretários de saúde de Roraima por participação em fraudes em licitação](#)> e <[Leocádio Vasconcelos deixa Secretaria de Saúde](#)>

²² <[PF indicia senador Chico Rodrigues, flagrado com dinheiro na cueca durante operação](#)>

²³ <[Barroso dá mais 60 dias para investigação da PF sobre Chico Rodrigues e Telmário por fraudes na pandemia em Roraima](#)>

Jesus e seu filho também foram citados no decorrer das apurações²⁴ como autores de emendas parlamentares, cada uma no montante de R\$ 2,5 milhões, utilizadas posteriormente em compras suspeitas, mas alegam que não foram formalmente investigados e que não têm relação com o esquema²⁵.

A mãe de Rômulo, Socorro Pinheiro, foi candidata a deputada estadual por Roraima em 2018, participando ativamente da campanha que elegeu Mecias ao Senado e Jhonatan à Câmara²⁶. Ela divulgou fotos, em suas redes sociais, pedindo votos e participando de eventos com a dupla. Inclusive, a principal fornecedora de campanha de Socorro foi um posto de combustíveis em nome das filhas de Mecias, irmãs de Jhonatan: declarou ter gasto R\$ 16,7 mil com gasolina no estabelecimento²⁷. Ela não foi eleita.

Antes de ser nomeado responsável pelo DSEI Yanomami por indicação de Mecias, Rômulo já tinha ligações com o órgão por meio de seu irmão, Ricardo Pinheiro de Freitas. Mesmo não tendo participação societária, o futuro coordenador atuou como procurador ou representante legal em contratos públicos para duas empresas do familiar: "RR TECH"²⁸ e "RORAIMA ORTOPEDICOS LTDA"²⁹.

Segundo o Portal de Transparência do governo federal, ambas participaram de licitações relacionadas ao DSEI Yanomami entre 2014 e 2019. Tiveram um contrato assinado: aquisição de materiais diversos para escritório (desde 40 teclados para computador até 17.500 canetas esferográficas), no valor total de R\$ 8.926,60³⁰.

²⁴<[Representação da Polícia Federal pela realização de busca e apreensão com o objetivo de aprofundar a investigação sobre suposta organização criminosa constituída por parlamentares, empresários e servidores públicos, voltada ao desvio de valores destinados ao combate à pandemia de Covid-19, junto à Secretaria de Saúde de Roraima.](#)>

²⁵<[Mecias e Jhonatan de Jesus dizem que não são investigados por desvios na saúde de Roraima](#)>

²⁶<[Nome de Lira para TCU tem ligação com chefes da saúde yanomami sob Bolsonaro](#)>

²⁷<[Divulgação de Candidaturas e Contas Eleitorais: Socorro Pinheiro](#)>

²⁸ CNPJ 18.835.232/0001-25, antigamente com razão social "J R C MALZONE - ME".

²⁹ CNPJ 20.540.715/0001-44; já teve o nome de "R.P. DE FREITAS - ME".

³⁰<[CGU - Portal da Transparência - Documentos de execução da despesa pública - Documento nº2015OB800302](#)>

Ao todo, as empresas de Ricardo – que tinham Rômulo como representante formal – firmaram dez contratos com o governo federal entre 2013 e 2020, no valor total de R\$ 197 mil. O último deles foi assinado com o Instituto Federal de Roraima em março de 2020, três meses antes de Rômulo ser nomeado coordenador do DSEI Yanomami. A maioria dos serviços é de reprodução fotográfica.

Apesar da presença nos certames do governo federal, os principais contratos das empresas gerenciadas pelos irmãos Rômulo e Ricardo foram firmados com o governo estadual de Roraima. Consulta no Portal da Transparência³¹, sem considerar a Secretaria de Saúde, aponta R\$ 494,6 mil contratados entre 2015 e 2018. O maior valor foi junto ao Fundo Estadual de Saúde: R\$ 475 mil para “serviço de gerenciamento e produção de documentos através de impressões a laser”.

O Portal de Transparência de Roraima não traz informações da Secretaria da Saúde no banco de dados de contratos. Consulta no Diário Oficial aponta que o órgão, onde Rômulo atuou como servidor público, foi seu principal nicho. Como representante da empresa do irmão, ele assinou dezenas de contratos para fornecimento de insumos hospitalares, alguns com valores superiores a R\$ 2 milhões. O volume foi alto, e a dupla não conseguiu honrar com todos os compromissos: uma edição do Diário Oficial publicou, de uma só vez, sete rescisões contratuais por descumprimento dos prazos estipulados³².

Verifica-se, assim, que Rômulo não possuía experiência em saúde indígena para assumir o DSEI Yanomami, além de estar envolvido em diversas licitações junto a órgãos públicos. Sua indicação se torna ainda mais preocupante por partir do senador Mecias de Jesus, que é autor do Projeto de Lei nº [1331/2022](#), que admite a “outorga de autorização de pesquisa e concessão de lavra garimpeira a terceiros em terras indígenas”. Assim como os demais senadores por Roraima, ele também assinou um ofício pedindo o perdão criminal para garimpeiros flagrados ilegalmente nas terras Yanomami.³³

³¹ <[Portal da Transparência de Roraima - Contratos](#)>

³² <[Diário Oficial do Estado de Roraima - Edição nº 3002 - 16 de maio de 2017](#)>

³³ <[Senadores querem perdão criminal para garimpeiros na terra Yanomami, revela ofício](#)>

Mecias também é alvo de um Inquérito Policial (IPL) que investiga irregularidades na contratação da empresa de Táxi Aéreo Piquiatuba pelo governo federal. Documento publicado no caderno extrajudicial do MPF³⁴ de setembro de 2022 (pg. 51-52) informa que:

Consta dos autos: "De acordo com os achados de auditoria da CGU/RR, houve aglutinação indevida de objeto transporte convencional e aeromédico -a escolha da empresa **PIQUIATUBA TÁXI AÉREO LTDA.** ocorreu antes mesmo da elaboração do projeto básico, reforçando, assim, a hipótese de **direcionamento da contratação**. Além disso, conforme pontuado no despacho PR-RR-00025952/2021 (doc. 49), os mesmos fatos, sob o ponto de vista criminal, são objeto do IPL nº 2020.0007077 autos nº 1001913-44.2020.4.01.4200, que foi inicialmente declinado ao eg. Supremo Tribunal Federal, tendo em vista os **indícios de envolvimento do Senador da República ANTÔNIO MECIAS PEREIRA DE JESUS.** (p. 51)

Requisitado com pedido de acesso à informação³⁵, o Ministério Público Federal informou que o referido inquérito segue em tramitação na Polícia Federal do Estado de Roraima. A investigação corre em sigilo.

A empresa Piquiatuba é recorrentemente contratada pelo governo federal para serviços de táxi aéreo, principalmente em terras indígenas. De janeiro de 2010 a março de 2023, foram assinados 22 contratos no valor total de R\$ 83 milhões. Em razão de aditivos e renovações, a empresa recebeu R\$ 160 milhões dos cofres públicos federais nesse período³⁶. Um dos contratos, por dispensa de licitação, no valor de R\$ 8,7 milhões, foi formalizado em agosto de 2019 para serviços ao DSEI Yanomami, e depois executado na gestão de Rômulo.

Análise da auditoria da Controladoria Geral da União (CGU)³⁷ apontou que essa contratação da Piquiatuba "não foi precedida de instrumentos de planejamento adequados, tendo em vista as falhas constatadas no projeto básico", e que

³⁴<[MPF - Diário do MPF Eletrônico - Caderno Extrajudicial DMPF-e Nº 177/2022 - 20 de setembro de 2022](#)>

³⁵<[MPF - Portal da Transparência - Pedido de informação nº 20220100604/2022\(PR-RR-00033173/2022\)](#)>

³⁶<[CGU - Portal da Transparência - Pessoa Jurídica 07.326.869/0001-70](#)>

³⁷<[CGU - Relatório de Avaliação - Distrito Sanitário Especial Indígena - Yanomami Exercício 2019](#)>

“verificou-se fragilidades no controle de horas de voo e no monitoramento de aeronaves”.

A empresa Piquiatuba, por sua vez, possui uma relação embrionária com o garimpo. Seu fundador, Armando Amâncio da Silva, que faleceu em 2020 em decorrência de um câncer, possuía títulos de lavra garimpeira e requerimento de lavra para o minério de ouro no Pará³⁸.

Processo	Tipo de requerimento	Fase atual	CPF/CNPJ do titular	Nome do titular	Municípios	Substâncias	Tipos de Uso	Situação	
850.293/2016	Requerimento de Lavra Garimpeira	Lavra Garimpeira	***.855.412-**	Armando Amancio da Silva	ALMEIRIM/PA	MINÉRIO DE OURO	Industrial	Ativo	Visualizar
850.292/2016	Requerimento de Lavra Garimpeira	Lavra Garimpeira	***.855.412-**	Armando Amancio da Silva	ALMEIRIM/PA	MINÉRIO DE OURO	Industrial	Ativo	Visualizar
854.362/1994	Requerimento de Autorização de Pesquisa	Requerimento de Pesquisa	***.855.412-**	Armando Amancio da Silva	ALMEIRIM/PA	OURO	Não informado	Ativo	Visualizar
850.039/2000	Requerimento de Lavra Garimpeira	Requerimento de Lavra Garimpeira	***.855.412-**	Armando Amancio da Silva	ALMEIRIM/PA	MINÉRIO DE OURO	Não informado	Ativo	Visualizar
850.038/2000	Requerimento de Lavra Garimpeira	Requerimento de Lavra Garimpeira	***.855.412-**	Armando Amancio da Silva	ALMEIRIM/PA	MINÉRIO DE OURO	Não informado	Ativo	Visualizar
850.037/2000	Requerimento de Lavra Garimpeira	Requerimento de Lavra Garimpeira	***.855.412-**	Armando Amancio da Silva	ALMEIRIM/PA	MINÉRIO DE OURO	Não informado	Ativo	Visualizar
850.036/2000	Requerimento de Lavra Garimpeira	Requerimento de Lavra Garimpeira	***.855.412-**	Armando Amancio da Silva	ALMEIRIM/PA	MINÉRIO DE OURO	Não informado	Ativo	Visualizar
850.035/2000	Requerimento de Lavra Garimpeira	Requerimento de Lavra Garimpeira	***.855.412-**	Armando Amancio da Silva	ALMEIRIM/PA	OURO	Não informado	Ativo	Visualizar
850.034/2000	Requerimento de Lavra Garimpeira	Requerimento de Lavra Garimpeira	***.855.412-**	Armando Amancio da Silva	ALMEIRIM/PA	OURO	Não informado	Ativo	Visualizar
850.033/2000	Requerimento de Lavra Garimpeira	Requerimento de Lavra Garimpeira	***.855.412-**	Armando Amancio da Silva	ALMEIRIM/PA	OURO	Não informado	Ativo	Visualizar

Fonte: Agência Nacional de Mineração

Enquanto prestava serviço de táxi aéreo para atendimento a indígenas, a Piquiatuba também foi acusada pelo Ministério Público Federal de ser um braço do garimpo ilegal na região. A Operação Ouro Frio, da Polícia Federal e do MPF, chegou a bloquear R\$ 268 milhões do espólio de Armando em 2020³⁹. A Justiça Federal apontou haver “elementos substanciais de que o investigado promovia extração irregular de ouro fazendo uso sistemático da empresa”.

Conforme relatado em decisão cautelar do processo de nº 1006517-69.2020.4.01.3902⁴⁰, em andamento na Justiça Federal de Roraima:

[...]Foi identificado um grande volume de extração de ouro, mais de **100 kg**, o que corresponde a R\$ 13.404.669,14 (treze milhões, quatrocentos e quatro mil, seiscentos e sessenta e nove reais e quatorze centavos)

³⁸ <[Agência Nacional de Mineração - Pesquisar Processos](#)>

³⁹ <[Justiça bloqueia R\\$ 268 milhões de investigados por garimpo ilegal no Pará](#)>

⁴⁰

<https://pje1g.trf1.jus.br/consultapublica/ConsultaPublica/DetalleProcessoConsultaPublica/listView.seam?ca=0ad39dbe28419380cc2cb19105735851e7eec8446d847878>

valor comercializado por **Armando Amâncio da Silva** junto à Ourominas, **tendo se utilizado de PLGs fraudulentas.**

Armando utilizou-se de sua empresa área, **Piquiatuba Táxi Aéreo LTDA**, como aparato essencial à atividade criminosa, conforme as investigações, foi registrada elevada atividade de aviões da companhia para a pista de pouso de apoio ao **“Garimpo do Limão”**, nos anos de 2015 a 2018, o que corresponderia a 96% da movimentação das aeronaves naquela pista. (Decisão do Juiz Rodrigo Mendes Cerqueira, do TRF-1, em 28/09/2020)

O MPF ingressou com diversas ações⁴¹, na esfera civil e criminal, contra Piquiatuba e Armando. Durante a Operação Ouro Frio, foram apreendidos 44 kg de ouro no cofre do fundador da empresa, avaliados em quase R\$ 15 milhões, que segundo a Polícia Federal seriam provenientes do garimpo ilegal. Os processos tramitam na Justiça Federal.

Além de ser investigado por direcionamento de licitação envolvendo a Piquiatuba, Mecias tem dois primos⁴² que são sócios da “Uniao Comercio e Servicos LTDA”⁴³, empresa que soma R\$ 1.533.323,22⁴⁴ em contratos com o governo federal e já disputou licitações relacionadas ao DSEI Yanomami – justamente a área de influência do senador.

Conclusão

A partir deste estudo de caso, envolvendo especificamente o contexto do DSEI Yanomami, verificamos ser preocupante que a saúde indígena esteja vulnerável: (i) a indicações para as coordenadorias dos DSEIs por parlamentares, em especial os que possuem denúncias de envolvimento com empresas vinculadas ao garimpo e advogam pela liberação da atividade em terras indígenas; (ii) ao gerenciamento por coordenadores sem qualificação técnica para o cargo; (iii) à influência ou comando de pessoas com vinculação, direta ou

⁴¹Além da já mencionada, utilizamos como base para este relatório o processo 1006517-69.2020.4.01.3902.

⁴²<[PF amanheceu na empresa União de propriedade de parentes do senador Mecias de Jesus](#)>

⁴³ CNPJ 10.872.796/0001-26

⁴⁴<[CGU - Portal da Transparência - Pessoa Jurídica 10.872.796/0001-26](#)>

indireta, a empresas que já tentaram ou efetivamente prestaram serviços ao DSEI.

Recomendações para a SESAI

- Implementar blindagens internas às indicações políticas externas para o preenchimento de seus postos-chave, em especial nos DSEIs, como comprovação obrigatória de experiência no setor.
- Envidar meios para obter, dos indicados para cargos ou funções de confiança, seu histórico de vida pregressa no setor público e privado, bem como relação, mesmo que indireta, com empresas com atividades extrativistas ou que participam de licitações junto ao poder público, principalmente no âmbito de atuação da SESAI.
- Disponibilizar, na transparência ativa, o currículo dos coordenadores de cada DSEI.
- Exigir que cada DSEI produza relatórios periódicos de atividades e disponibilizá-los na transparência ativa, permitindo o controle social e o acompanhamento da sociedade da situação dos povos indígenas, de acordo com as especificidades de cada território.

Anexo

Falhas na transparência ativa dificultam controle social

A elaboração deste relatório envolveu pesquisa e acesso a informações públicas. Foi surpreendente a quantidade de dados que deveriam estar disponíveis em transparência ativa, mas não estavam, além do andamento inadequado de alguns pedidos de acesso à informação.

Não estava disponível em transparência ativa, por exemplo, o histórico dos coordenadores de cada DSEIs. Foi necessário recorrer à 2ª instância pela Lei de Acesso à Informação para obter esses dados básicos de forma completa, referentes aos anos de 2015 a 2021. A primeira resposta negou o acesso⁴⁵, usando indevidamente o argumento relativo à proteção de dados pessoais. Com o recurso, a informação foi concedida, mas ainda faltavam informações referentes aos anos em que cada coordenador gerenciou os DSEIs. Somente após novo recurso a informação foi finalmente disponibilizada.

Também não foi possível identificar, pela transparência ativa, o nome exato dos cargos e tempo de exercício de Rômulo Pinheiro de Freitas e Antônio Leocádio Vasconcelos Filho na Secretaria de Saúde de Roraima. O link “consulta de vínculos” do portal de transparência roraimense não estava funcionando⁴⁶ até a publicação deste relatório. Só é possível acessar as remunerações, que por sua vez exigem a informação específica de ano e mês, dificultando o exercício do controle social no monitoramento dos funcionários públicos, sejam eles estatutários ou em cargos comissionados. A Secretaria de Saúde de Roraima não respondeu a requerimento protocolado pela Lei de Acesso⁴⁷ solicitando

⁴⁵ [Achados e Pedidos](#)

⁴⁶ [Portal da Transparência de Roraima - SERVIDORES](#)

⁴⁷ Pedido nº 01635.2023.000055-00.

informações sobre a atuação de Rômulo e Leocádio, o que revela falhas também na transparência passiva no órgão público.

Da mesma maneira, houve dificuldades no acompanhamento do desdobramento da representação do MPC-RR envolvendo Rômulo e Leocádio. Não há um canal para realizar um pedido de acesso à informação no site do MPC-RR, e o único e-mail disponível da assessoria de imprensa está inacessível, retornando ao remetente as mensagens enviadas. Diante disso, foi realizada tentativa de pedido ao TCE-RR, mas o formulário para esta finalidade também apresentou erro. A última tentativa foi enviar um e-mail para a ouvidoria solicitando informações sobre a representação, em 12 de janeiro de 2023. A mensagem não havia sido respondida até a finalização deste relatório, mais de dois meses depois.

O Portal de Transparência de Roraima, na seção de compras e contratos, também apresenta informações incompletas, por não incluir dados da Secretaria da Saúde. Foi enviado e-mail para a Controladoria-Geral do Estado em 15 de março de 2023, no endereço indicado no portal, sem resposta até a publicação deste relatório.

A ausência ou incompletude de informações na transparência ativa, a não observância da Lei de Acesso à Informação e a ineficiência dos canais oficiais de comunicação representam fortes obstáculos ao exercício do controle social.

-